

ESSE INFORMATIVO CONTÉM NOTÍCIAS NÃO OFICIAIS, ELABORADAS A PARTIR DE EMENTAS FORNECIDAS PELOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES FEDERAIS E DE NOTAS TOMADAS NAS SESSÕES DE JULGAMENTO POR SERVIDORES DA JURISPRUDÊNCIA, COM A FINALIDADE DE ANTECIPAR DECISÕES PROFERIDAS PELA CORTE, NÃO CONSISTINDO EM REPOSITÓRIO OFICIAL DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF 1ª REGIÃO. O CONTEÚDO EFETIVO DAS DECISÕES, NA FORMA FINAL DOS JULGADOS, DEVE SER AFERIDO APÓS A PUBLICAÇÃO NO E-DJF1.

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

SESSÕES DE 07/06/2021 A 11/06/2021

Terceira Turma

Não cabimento do habeas corpus. Ausência de violência ou coação à liberdade de locomoção. Acesso à integralidade dos termos da colaboração premiada. Inexistência de flagrante ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão de ofício do writ.

Questões de ordem processual, em torno da homologação do acordo de colaboração premiada e da concessão de novo prazo à defesa para apresentação de resposta à acusação não se inserem no âmbito do *habeas corpus*, ação que resguarda interesses relacionados direta e imediatamente à liberdade de ir e vir. O Plenário do Supremo Tribunal Federal assentou entendimento no sentido de que ao delatado, embora não tenha direito ao acesso irrestrito aos termos de depoimento, deve ser facultada a ciência exclusivamente dos elementos do acordo de colaboração premiada que lhe dizem respeito, viabilizando-se, dessa forma, o exercício do direito de defesa. Precedente do STF. Unânime. (HC 1004268-17.2020.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal Mônica Sifuentes, em 08/06/2021.)

Quarta Turma

Reiteração do mesmo pedido examinado em ação mandamental julgada e transitada em julgado. Não conhecimento. Arguições desprovidas de provas pré-constituídas.

Alegações de perseguição, abuso de poder, excesso de execução e denúncia caluniosa são insuscetíveis de apreciação na via estreita da ação mandamental, que não admite dilação probatória, quando o *habeas corpus* não oferece nenhum elemento minimamente probatório e sequer indica eventual decisão judicial ou fato jurídico que tenha incidido no direito ambulatorio avocado na impetração. Unânime. (HC 1041737-97.2020.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal Cândido Ribeiro, em 07/06/2021.)

Citação por edital. Retomada do curso do processo sem que o acusado tenha atendimento à convocação editalícia. Violação ao devido processo legal. Tema 438 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal. Prazo prescricional. Súmula 415 do Superior Tribunal de Justiça.

Na linha da mais recente orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, “Tratando-se de réu ausente, citado por edital, a retomada do curso do processo, após observado o artigo 366 do Código de Processo Penal, viola a garantia do devido processo legal, considerado o direito de o acusado ser ouvido no Juízo e a necessidade da ciência sobre o conteúdo da acusação.” (RHC 115042). Desse modo, incide o tema de repercussão geral n. 438 (RE 600.851/DF), onde a Excelsa Corte estabeleceu que “Em caso de inatividade processual decorrente de citação por edital, ressalvados os crimes previstos na Constituição Federal como imprescritíveis, é constitucional limitar o período de suspensão do prazo prescricional ao tempo de prescrição da pena máxima em abstrato cominada ao crime, a despeito de o processo permanecer suspenso.”. Precedente do STF. Unânime. (HC 1014923-14.2021.4.01.0000 – PJe, rel. des. federal Cândido Ribeiro, em 08/06/2021.)

Desapropriação por utilidade pública. Decisão que determinou a suspensão do feito até a definição do domínio. Usina hidrelétrica de Balbina. Execução de título judicial.

O STJ, em recente julgamento, estabeleceu que a pendência de solução do domínio da área, por força de ação civil pública com vista ao reconhecimento da ocupação tradicionalmente indígena da área, impede o levantamento do preço fixado na ação expropriatória, enquanto não resolvida a titularidade na ação própria, nos termos do art. 34 do Decreto-lei 3.365/1941. Precedente do STJ. Unânime. (AI 1015080-55.2019.4.01.0000 – PJe, rel. juiz federal Saulo Casali Bahia (convocado), em 07/06/2021.)

Quinta Turma

Ação Civil Pública. Tempo de espera em fila de banco. Lei municipal. Constitucionalidade. Ausência de competência do Banco Central. Aplicação às instituições financeiras. Multa. Ocorrência de dano coletivo.

Configura dano moral coletivo o descumprimento de forma habitual e não esporádica de norma que estipula o tempo de espera para atendimento na instituição financeira, ultrapassando, assim, a mera má prestação do serviço bancário (demora no atendimento). O STJ firmou entendimento acerca do cabimento de indenização por violação a direitos transindividuais, a condenação por dano moral coletivo, como categoria autônoma de dano a qual não se relaciona necessariamente com aqueles tradicionais atributos da pessoa humana – dor, sofrimento ou abalo psíquico. Precedente do STJ. Unânime. (Ap 0003911-79.2011.4.01.4200 – PJe, rel. des. federal Carlos Augusto Pires Brandão, em 09/06/2021.)

Anistia. Indenização concedida após a morte do anistiado. Termo de adesão firmado pela viúva. Falecimento antes de homologada a desistência de ação judicial em curso. Pagamento à herdeira necessária. Cabimento.

Firmado termo de adesão entre a viúva do anistiado e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e preenchido o requisito ali previsto, qual seja, a desistência de eventuais ações judiciais em curso, aperfeiçoou-se o ato jurídico, estando apto a produzir efeitos, afigurando-se desinfluyente o falecimento da beneficiária em data anterior à homologação judicial da desistência, já que a morosidade do Poder Judiciário não deve prejudicar os jurisdicionados. Unânime. (Ap 0014937-82.2016.4.01.3300 – PJe, rel. des. federal Souza Prudente, em 09/06/2021.)

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Levantamento extraordinário. Redução salarial em virtude da pandemia da Covid-19. Art. 20 da Lei 8.036/1990. Rol não taxativo.

A orientação jurisprudencial já sedimentada no âmbito de nossos tribunais é no sentido de que deve ser dada interpretação extensiva ao disposto no art. 20 da Lei 8.036/1990, firmando-se o entendimento de que o rol ali previsto não é taxativo, em atendimento aos princípios constitucionais e aos fins sociais a que a lei se destina. No caso concreto, demonstrada a excepcionalidade da situação gerada a partir da redução drástica da remuneração do impetrante (70%), em virtude dos efeitos da pandemia da Covid-19, há se de prestigiar os princípios constitucionais e os fins sociais a que a lei se destina, de forma a assegurar o direito ao resgate integral do saldo existente na conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, de que é titular o suplicante. Unânime. (ApReeNec 1026377-10.2020.4.01.3400 – PJe, rel. des. federal Souza Prudente, em 09/06/2021.)

Transporte de estrangeiros sem documentação de permanência. Lei 6.815/1980, VI – Estatuto do Estrangeiro. Conduta infracional. Introduzir estrangeiro no território nacional. Hipótese de transporte interno de estrangeiros. Irregularidade da multa.

A conduta infracional prevista no inciso VI da Lei 6.815/1980, Estatuto do Estrangeiro, vigente à época dos fatos, pune o transportador que transportar, para o Brasil, estrangeiro que esteja sem documentação em ordem, e não a realização de transporte de estrangeiros, ainda que em possível situação irregular, dentro do território nacional. Não cabe a esse transportador exigir documentação a todo e qualquer estrangeiro que realiza deslocamentos internos no País. Isso porque, nos termos da primeira parte do inciso XV do art. 5º da Constituição, “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, [...]”. Unânime. (Ap 0008725-72.2016.4.01.3000 – PJe, rel. des. federal Daniele Maranhão, em 09/06/2021.)

Sexta Turma

Demora na entrega do imóvel. Legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal e da construtora. Indenização por danos morais e materiais. Aluguéis pagos pelo requerente. Cabimento.

O STJ posicionou-se no sentido de que, no caso de descumprimento do prazo para entrega do imóvel, incluído o período de tolerância, o prejuízo do comprador é presumido, consistente na injusta privação do uso do bem, a ensejar indenização, na forma de aluguel mensal, com termo final na data da disponibilização da posse direta ao adquirente da unidade autônoma. Precedente do STJ. Unânime. (Ap 0019023-38.2012.4.01.3300 – PJe, rel. des. federal Daniel Paes Ribeiro, em 07/06/2021.)

Curso de formação profissional. Excesso de faltas. Desligamento de candidato. Critérios de avaliação. Erro grosseiro ou ilegalidade. Demonstração. Ausência. Controle pelo Poder Judiciário. Limitação.

O Supremo Tribunal Federal entende que o Poder Judiciário é incompetente para, substituindo-se à banca examinadora de concurso público, reexaminar o conteúdo das questões formuladas e os critérios de correção das provas. Os critérios de avaliação foram estipulados segundo juízo de discricionariedade e publicidade pela própria Administração. Unânime. (Ap 0037569-64.2014.4.01.3400 – PJe, rel. des. federal João Batista Moreira, em 07/06/2021.)

Sétima Turma

Embargos à execução fiscal. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA. Efetivo exercício de atividade poluidora ou de exploração de recursos naturais. Concessionária de veículos. Troca de óleo. Impossibilidade.

Mediante edição da Instrução Normativa 05/2014, o Ibama realizou alterações no rol do anexo I da IN 06/2013, adicionando a descrição “Troca de óleo lubrificante”, e prescrevendo, expressamente, que essa atividade não se sujeita à incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA. O TRF5 reconheceu que, em rigor, ainda que não houvesse a alteração normativa, o fato é que essa cobrança jamais fora legítima, tanto que a mudança se deu justamente para reconhecer como indevida a exigência. Precedente do TRF5. Unânime. (Ap 0006244-91.2016.4.01.3500 – PJe, rel. des. federal Hercules Fajoses, em 08/06/2021.)

Multa administrativa. Decreto-lei 37/1966. Prestação de informações fora do prazo legal. Obrigação acessória. Impossibilidade de denúncia espontânea.

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a denúncia espontânea não tem o condão de afastar multa administrativa pela apreensão de equipamento não autorizado, pois os efeitos do art. 138 do CTN não se estendem às obrigações acessórias autônomas. O art. 37, § 1, do Decreto-lei 37/1966 estabeleceu a obrigação de prestar informações sobre operações e respectivas cargas e o art. 107, IV, “e”, do mesmo diploma legal previu expressamente a aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao agente de cargas que deixar de fornecê-las, na forma e no prazo estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal. Precedentes do TRF1 e TRF3. Unânime. (Ap 0037537-88.2016.4.01.3400 – PJe, rel. des. federal José Amílcar Machado, em 08/06/2021.)

Inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB. RE 1.187.264. Legalidade.

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB. (RE 118.726-4, Tribunal Pleno, DJe de 23/02/2021). Unânime. (Ap 1001590-37.2017.4.01.3200 – PJe, rel. rel. des. federal Hercules Fajoses, em 08/06/2021.)

Isenção tributária. IPI. Aquisição de veículo automotor. Motorista profissional. Taxista. Requisitos legais preenchidos. Lei 8.989/1995. Reconhecimento.

O art. 1º, I, da Lei 8.989/1995, estabelece que motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi) estão isentos do imposto sobre produtos industrializados – IPI. Unânime. (Ap 1005853-33.2018.4.01.3700 – PJe, rel. des. federal José Amilcar Machado, em 08/06/2021.)

Isenção tributária. IPI. Aquisição de veículo automotor. Portadora de cegueira monocular. Lei 7.853/1989. Condição de deficiente reconhecida.

O art. 1º, da Lei 8.989/1995, determina a concessão de isenção de IPI na aquisição de automóveis por portadores de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente, ou por intermédio de seu representante legal. A concessão do benefício para deficientes físicos restringe-se às situações enumeradas no § 1º, do art. 1º, da Lei 8.989/1995. No tocante a exigência de apresentação de Carteira Nacional de Habilitação – CNH com indicação de limitação compatível com a exigência legal para a isenção do IPI, em conformidade com as resoluções do Contran, extrapola a imposição estabelecida pela Lei 8.989/1985. Precedentes do STJ. Unânime. (ApReeNec 1007432-09.2019.4.01.3400 – PJe, rel. des. federal José Amilcar Machado, em 08/06/2021.)

ESTE SERVIÇO É ELABORADO PELO NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA/DIGIB/COJIN/SECIU.

INFORMAÇÕES/SUGESTÕES

FONES: (61) 3410-3577 E 3410-3578

E-mail: bij@trf1.jus.br